

CONHECENDO OS LUGARES DE MEMÓRIA: UM ESTUDO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ALAGOINHA, PE

Alexandre Bittencourt Leite Marques¹

Resumo: o presente trabalho tem por objetivo realizar uma pesquisa do patrimônio cultural como fonte para compreensão da história social. Tomaram-se como objeto de estudo os lugares de memória do município de Alagoinha que remetem à época em que a localidade era um povoado colonial inserido no interior de Pernambuco, procurando compreender os diferentes modos de apropriação e uso desses lugares de memória por parte da atual população alagoinhense.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Lugares de memória; História social.

Abstract: the present study aims to conduct a search of cultural heritage as a source for understanding social history. Were taken as the object of study places of memory in Alagoinha referring to the time when the town was a colonial village inserted in the backlands of Pernambuco, trying to understand the different modes of appropriation and use of these memory locations by the current alagoinhense population.

Key words: Cultural heritage; Memory Places; Social history.

Introdução

Toda cidade tem suas memórias, histórias, silêncios. Duzentos anos depois de surgir como um povoado pertencente à vila de Cimbres, no ano de 1805, Alagoinha ainda guarda indícios das características de uma sociedade colonial inserida nos antigos sertões de Ararobá de Pernambuco. Muitos desses indícios estão presentes no casario, ruas, caminhos, serras, lajedos e lagoas que compõem seus espaços. A cidade é uma criação humana e se origina do trabalho da coletividade. Ela pode mostrar através da sua materialidade o registro da presença humana de outrora. Herdada dos povos passados, essa materialidade, tratada aqui como cultura material², atravessa o tempo, sofrendo ou não mudanças físicas e se transforma em patrimônio cultural legado à posteridade, tornando-se uma inscrição que permite o estudo das sociedades dos tempos idos. Nesse sentido, o presente trabalho procura realizar uma pesquisa do uso do patrimônio cultural como fonte

¹ Mestre em História Social da Cultura Regional pela UFRPE. Professor colaborador do curso de Licenciatura em História da UPE. Professor da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco/GRE: Sertão do Moxotó-Ipanema. Pesquisador do Grupo de Estudo de História Sociocultural da América Latina (GEHSCAL).

² Segundo Jean-Marie Pesez, o conceito de cultura material significa o conjunto de objetos que caracterizam uma sociedade. PESEZ, Jean-Marie. História da Cultura Material. In: LE GOFF, Jacques (org.). *A História Nova*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

para compreensão da história social³, tomando como estudo de caso a relação da atual população do município de Alagoinha, Pernambuco, com os lugares de memória que remetem ao período colonial.

Localizada atualmente na região do agreste pernambucano, 230 km distante de Recife, Alagoinha surgiu inicialmente como um pequeno povoado pertencente à vila de Cimbres, na virada do século XVIII para o XIX, sendo mais tarde elevado à categoria de município, em 1948.⁴ Hoje, Alagoinha possui uma população de 13.759 habitantes. Caracterizado por possuir um clima em processo de transição entre quente e úmido e semiárido quente, o município tem sua vegetação constituída pela caatinga hiperxerófila. Sua área territorial de 217.829 Km² é recoberta de lajedos naturais de granito que represam as águas da chuva em suas reentrâncias, formando verdadeiras lagoas que circundam a cidade e embelezam a região. (BRASIL, 2010) Além disso, há em Alagoinha uma série de sítios arqueológicos e também construções que remontam ao período de colonização da Coroa portuguesa na região. Nesses locais, podem ser encontrados bens culturais pertencentes aos antigos povos indígenas, como também aos colonizadores e escravos de origem africana que posteriormente se assentaram na região, na passagem do século XVIII para o XIX.

Ao utilizar o patrimônio cultural do município de Alagoinha como fonte para a pesquisa histórica, primeiramente foi necessário conhecê-lo e identificá-lo junto a sua população. Partindo desse princípio, as informações coletadas através das prospecções empreendidas pelo projeto “Educação patrimonial em Alagoinha/PE – melhoria na qualidade de vida da população” e por uma série de ações pontuais de educação patrimonial promovidas na Escola Estadual Gonçalo Antunes Bezerra contribuíram para o levantamento dos bens culturais da localidade.⁵ Em outras

³ De acordo com Reinhart Koselleck, constitui objeto da História Social a investigação das formações das sociedades ou as estruturas constitucionais, assim como as relações entre grupos, camadas e classes; ela investiga as circunstâncias nas quais ocorreram determinados eventos, focalizando as estruturas de médio e longo prazo, bem como suas alterações. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. p. 97.

⁴ Após ser alçada a condição de município, Alagoinhas perdeu o “s” do seu nome, passando a se chamar, desde então, “Alagoinha”. Ver MACIEL, José de Almeida. *Questões de Toponímia Municipal Pernambucana*. Recife: Centro de Estudos Municipal/ FIAM 1984. Nesse sentido, quando nos referirmos ao antigo povoado colonial, usaremos o termo “Alagoinhas”.

⁵ O projeto, executado durante o segundo semestre de 2006, foi resultado da parceria entre a Universidade Federal Rural de Pernambuco e o Instituto Ouricuri, através de financiamento do Ministério da Educação, e integrou pesquisas e ações sociais na valorização patrimonial. Já as ações

palavras, a realização do projeto e das ações educativas oportunizou a identificação do patrimônio, pois a ação integrada da comunidade em propiciou o acesso a diversos tipos de dados sobre esses bens. Estas pessoas trouxeram significativas contribuições ao fornecer informações sobre as particularidades da região como, por exemplo, a localização dos bens, os caminhos a serem percorridos, os nomes dos proprietários de terras, sítios e casas que formam os espaços naturais e construídos de Alagoinha. Nesse sentido, ao conduzir os pesquisadores a esses espaços, a população não só contribuiu para a identificação desse patrimônio como também para a afirmação de seu papel de cidadãos junto à construção de uma sociedade que se reconheça culturalmente diversa e plural, pois, segundo a Constituição Brasileira, cabe a população juntamente com o Poder público desenvolver várias atividades de preservação dos bens culturais (BRASIL, 1988).⁶

Durante muitos anos a historiografia dita positivista se utilizou de documentos escritos como única fonte para a pesquisa histórica. Com as transformações na historiografia, durante a primeira metade do século XX, estabeleceu-se uma nova forma de escolha e uso de diversos tipos de fontes que não fosse exclusivamente os documentos escritos (LE GOFF, 2005).

A história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. (LE GOFF, 2005, p. 36)

Para Ana Luiza Martins essas transformações na historiografia terminaram por refletir mudanças também no campo do patrimônio. Segundo a historiadora, a Nova História contribuiu efetivamente para uma nova leitura no campo do patrimônio, na medida em que este passou a incorporar novos temas e objetos. Agora a leitura do patrimônio não se dá somente pelo viés da arquitetura, mas também de novos objetos considerados suportes da memória como, por exemplo, bens móveis e imateriais. (MARTINS, 2006)

pontuais de educação patrimonial na Escola Estadual aconteceram entre os anos de 2008 e 2011 e foram constituídas por séries de palestras, exposições e pesquisas de campo, realizadas por educandos e educadores da Secretaria de Educação do Governo de Pernambuco.

⁶ BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 16 nov. 2011.

Entende-se por patrimônio uma acumulação contínua de bens materiais, imateriais e naturais, herdados de povos do passado, que é constituída por toda uma variedade de elementos, como por exemplo: espaços construídos (casarios, fortificações, ruas) espaços naturais (montanhas, rios, lagoas, vegetação), cultura material (objetos utilitários, decorativos), festividades, tradições, produtos de todos os saberes e saber-fazer dos seres humanos.⁷

Esse patrimônio é tudo aquilo que um grupo social considera como sua própria herança cultural, que é o alicerce de sua identidade e o diferencia de outros grupos. Os bens que compõem o patrimônio cultural de uma sociedade foram deixados por seus antepassados e evocam o que se chama de “memória coletiva”.⁸ E é através desta que se chega à história de determinadas localidades.

A memória coletiva pode ser encontrada tanto nos relatos orais e escritos das pessoas quanto nos “lugares de memória” (caracterizados por lugares topográficos, como museus, bibliotecas e arquivos; lugares monumentais, como a arquitetura e os cemitérios; lugares simbólicos como as festividades e comemorações).

Pertencentes ao campo do patrimônio cultural, os lugares de memória nasceram da necessidade de se lembrar algo. Por isso, de acordo com Pierre Nora, sua razão fundamental é “parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento...”, sendo eles formados por três aspectos: material, funcional e simbólico.

É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou experiências vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou. (NORA, 1993. p. 22).

Sendo considerados suportes das memórias de determinada coletividade, os lugares de memória registram os acontecimentos do tempo no espaço e se

⁷ Diversos trabalhos se debruçam sobre a constituição do patrimônio cultural. Cf. CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009; CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001; FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC Iphan, 2005; LEMOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

⁸ Jacques Le Goff, citando Pierre Nora, define a memória coletiva como “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou que os grupos fazem do passado”. LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 467.

transformam em documentos e registros da história,⁹ pois, para Pierre Nora, "os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama". (NORA, 1993) Nesse sentido, os vestígios ou restos do passado, referentes a pessoas e lugares, tornam-se objeto de estudo.

O espaço, tratado como fonte de pesquisa histórica, seja ele natural ou construído, não é apenas a dimensão física, mas sim todo cenário múltiplo da localidade que toma conta dos seus habitantes na construção do seu cotidiano. E está imbricado com as relações sociais, ele mesmo fazendo parte constituinte dessas relações. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008)

Analisando as mudanças ambientais pela ação humana se percebe melhor a ação do tempo sobre o espaço. Em outras palavras, é na percepção das construções, da transformação de elementos da natureza em cultura, que melhor se compreende o trabalho do tempo no espaço. Um espaço construído confronta em si mesmo épocas diferentes, proporcionando ao olhar uma história acumulada de aspectos culturais. Sendo assim, a paisagem se transforma em si mesma em uma fonte que precisa ser pesquisada, lida e compreendida. Trata-se de examinar as marcas da história humana na paisagem. (RICOEUR, 2007)

Considerando essa perspectiva teórica, percebemos que a apropriação dos espaços de Alagoinha pelos colonizadores culminou na elaboração de toda uma gama de bens culturais, principalmente objetos utilitários, documentos de papel, plantações, pastos, barreiros, casarios. Muitos desses bens se transformaram em heranças culturais deixadas à posteridade e hoje fazem parte dos lugares de memória da cidade.

Assim, através dos trabalhos de pesquisa de campo, foram identificados tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais de Alagoinha e seu entorno (Cimbres, Pesqueira, Venturosa) alguns lugares de memória da região. Nas áreas rurais, além da vegetação típica e das serras que circundam as localidades, encontram-se os sítios Pintada, Carrapicho e Santa Rosa, com vestígios materiais de ocupações pré-coloniais e coloniais. Já nas áreas urbanas, apesar das transformações ocorridas

⁹ Vale salientar que a presente pesquisa não pretende ser um trabalho com a finalidade de exaltar a memória, mas sim de utilizá-la como fonte de estudo da História, pois, como afirma Francisco Régis Lopes Ramos, "... não há o objetivo de erguer uma glorificação da memória, e sim o intuito de fazer da memória um campo de estudos da história social". RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de história*. Chapecó: Argos, 2004. p. 95.

com o passar dos anos, são verificados casario, estradas e caminhos que foram erigidos durante o período da expansão colonial na região. Nesses locais mais urbanizados – como, por exemplo, o distrito sede de Alagoinha – estão edificações que remetem à virada do século XVIII para o XIX.

Serras, vegetação, lagoas, lajedos: os espaços naturais do semiárido

Segundo Marcus Carvalho e Anna França, o estudo das paisagens e ecossistemas permite aferir como as sociedades do passado utilizavam os locais para sobrevivência, extraíndo recursos naturais necessários para constituição de habitação, de alimentos, de trabalhos. (CARVALHO; FRANÇA, 2010) Sendo assim, a caatinga, serras, lajedos e lagoas que compõem a paisagem e o ecossistema da região onde Alagoinha está inserida se tornam um conjunto de bens culturais para a atual sociedade, pois remetem à memória dos diferentes grupos humanos que frequentaram esses lugares. Daí a importância de se conhecer as configurações paisagísticas do semiárido.¹⁰

O relevo de Alagoinha e seu entorno possui formações rochosas fundamentais para o acúmulo de águas das chuvas (foto 1). Segundo André Proença, em grande parte da região onde Alagoinha está inserida o relevo mostra a predominância de superfícies aplanadas, sendo as áreas de depressões periféricas as que apresentam a topografia mais rebaixada. O planalto tem seus limites entre as áreas escarpadas e as áreas de depressões, tendo nas suas encostas pouca formação de solo e grandes afloramentos rochosos de granito. Aliás, é nesses afloramentos rochosos, também conhecidos por lajedos, que durante o período de chuva se formam lagoas de águas naturais que chegam a ter centenas de metros de extensão e são capazes de armazenar uma porção substancial de água. (PROENÇA, 2007) Segundo dados do IBGE, inúmeros tanques naturais encravados nos lajedos circundam a sede municipal, dentre eles:

¹⁰ De acordo com a Constituição Brasileira de 1988 os sítios de valor paisagístico e ecológico estão incluídos como patrimônio cultural. (BRASIL, 1988) Segundo Wagner Costa Ribeiro, nas últimas décadas do século XX, os temas ambientais passaram a ganhar notoriedade. Nessa época “emergiram novas temáticas indicando a necessidade de uma maior reflexão para a busca de alternativas que ampliem as possibilidades de uso do patrimônio ambiental, natural ou não”. (RIBEIRO, 2010)

Caldeirão de São Francisco, conhecido por Caldeirão do Padre, com capacidade cúbica de 5 850 m e área de 1900 m², aproximadas. Caldeirão do Junco, com capacidade para armazenamento de 5 639 metros cúbicos e área de 2 370 m², em cálculo aproximado. Lagoa de Baixo, armazenando 14. 400 m³ com uma área de 4. 960 m². (IBGE, 1987)

Foto 1 - Lajedos e lagoas que circundam o município



Fonte: foto de Alexandre Bittencourt, 2012.

Durante o período colonial, a proximidade das casas em relação às lagoas provavelmente sanava as deficiências hidráulicas, possibilitando acesso rápido à água que, nas épocas de estiagem, era bastante escassa nesse tipo de região que possui um clima semiárido. Lá possivelmente os habitantes usavam as águas das lagoas para consumo próprio, utilizando-a para beber, na lavagem de roupas, no trato dos animais domesticados, na irrigação dos roçados, na espreita e na caça de possíveis animais selvagens que porventura viessem matar sua sede. Os locais onde havia a presença de água mesmo durante o período de estiagem teriam extrema importância no abastecimento dos colonizadores.

André Proença analisa indícios de que a área em que estão os lajedos e lagoas era usada para abrigo e pouso dos grupos pré-coloniais e estes dispunham de água para realizar diferentes tipos atividades, tanto nos momentos em que a água era abundante quanto nos períodos mais secos. (PROENÇA, 2007, p. 75)

Ora, considerando que água é um elemento indispensável para a sobrevivência humana, da mesma forma que os grupos pré-coloniais, os colonizadores provavelmente também encontraram nessa região condições favoráveis para seu estabelecimento. Nesse sentido, seriam verificados entre os lajedos e as lagoas lugares propícios de atração e fixação dos colonos. Aí a importância da presença de água seria um dos fatores mais dinâmicos da formação da povoação e ajudaria a superar algumas das condições naturais desfavoráveis à sobrevivência do ser humano, como, por exemplo, o clima seco.

Por conta da disponibilidade da água, há também uma variação no aspecto da caatinga, pois a presença de lagoas incrustadas nos lajedos de granito proporciona um microclima mais ameno, permitindo melhores condições para o crescimento da vegetação. Entre as rochas, além de se desenvolvem algumas espécies de cactáceas, como o mandacaru, xique-xique, facheiro, outras espécimes vegetais como o mulungu, o pau-ferro, o umbuzeiro e o juazeiro também compunham a paisagem semiárida da região.

Do mesmo modo que a vegetação do semiárido afluía no entorno das lagoas, criando raízes e penetrando no duro granito, os colonizadores passaram a construir estrategicamente habitações entre os lajedos e lagoas, surgindo daí o povoado Alagoinhas. No inventário de Gonçalo Antunes Bezerra - patriarca da primeira família de colonizadores instalada na região no ano 1805 - há uma descrição de sua residência: "Declarou a inventariante haver na mesma propriedade Alagoinhas huma morada de cazas detaipa cobertas de telha, onde mora ha inventariante que avaliarão em sessemnta mil reis que dá". (INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO, 1835)¹¹ Sendo assim, o núcleo habitacional que deu origem ao povoado de Alagoinhas, na passagem do século XVIII para o XIX, foi assentado sobre esses lajedos, próximo às lagoas. Entretanto, com o passar dos séculos, houve um gradativo aumento do número de casas construídas no entorno da lagoa. Com isso, parte dos lajedos de granito passou a ser extraída indiscriminadamente, sendo utilizada na pavimentação da cidade. Além do mais, diversas famílias passaram a usar as águas das lagoas para realizar variadas atividades domésticas, entre elas lavar roupas com produtos

¹¹ INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. *Inventário de Gonçalo Antunes Bezerra*. Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 61, 1835.

químicos (detergente, água sanitária), provocando, assim, a poluição da localidade. Também muitas casas instaladas sobre esses lajedos não possuem rede de saneamento, o que leva ao carreamento de esgoto e lixo para as lagoas. Algumas dessas casas possuem currais e pocilgas bem próximos às águas, contribuindo para a proliferação de excrementos. A degradação chega a ser de tal forma que algumas lagoas terminaram sendo aterradas para construções ilegais de casas, evidenciando o desordenado crescimento urbano (foto 2).

Foto 2 – Degradação: aterros e resíduos plásticos nas lagoas



Fonte: foto de Alexandre Bittencourt, 2012.

“Cidades petrificadas e inscrições lapidares”: uma herança cultural pré-colonial¹²

Antes da chegada dos colonizadores ao interior de Pernambuco, a região era ocupada por uma enorme variedade de povos indígenas. Povos estes que ao alterarem o ambiente ao seu redor deixavam suas marcas no tempo e no espaço através da elaboração de diversos tipos de cultura material, entre eles as pinturas rupestres e os artefatos líticos. Atualmente encontrados em locais designados como sítios arqueológicos, os artefatos pré-coloniais atravessaram o tempo e se

¹² A expressão “cidades petrificadas e inscrições lapidares” foi inspirada no trabalho de pesquisa realizado por Tristão de Alencar Araripe. De acordo com Pereira da Costa, o Conselheiro Tristão pesquisou pinturas indígenas na rocha e escreveu “Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil, inserta na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, parte primeira do Tomo L, de 1887”. Cf. COSTA F. A. P. *Anais Pernambucanos*. Recife: FUNDARPE/Diretoria de Assuntos Culturais. 1987. v. 7. (Coleção Pernambucana). p. 62.

transformaram em heranças culturais e, como tal, enquadram-se na categoria de patrimônio cultural brasileiro.

Segundo Pedro Paulo Funari, as pinturas rupestres e os artefatos líticos são evidências materiais da presença de grupos humanos pré-coloniais e que muito podem dizer sobre os aspectos sociais e culturais desses povos do passado. Os líticos, artefatos feitos de pedra, podem informar sobre “a caça, a pesca, a agricultura e a tecnologia para transformar materiais brutos em bens manufaturados, para construir habitações ou para remodelar os terrenos...”. (FUNARI; NOELLI, 2005, p. 16) Ou seja, as pinturas rupestres podem contribuir para se conhecer as características das sociedades pré-coloniais. Enquanto algumas pinturas representam humanos e animais e mostram como se caçava e se pescava, bem como retratam rituais e festas, “outras representam uma imensa diversidade de signos abstratos, a maioria ainda com significado desconhecido para os pesquisadores”. (FUNARI; NOELLI, 2005, p. 19)

Nas microrregiões do Vale do Ipanema e do Vale do Ipojuca, onde Alagoinha está situada, são encontrados diversos sítios arqueológicos com a presença de pinturas rupestres, classificadas pelos arqueólogos como grafismos de tradição Agreste.

[...] seu nome deve-se a grande concentração de sítios com pinturas rupestres localizados nos pés de serras, várzeas e brejos da região agreste de Pernambuco e do sul da Paraíba, mas, na verdade, trata-se de uma tradição rupestre extremamente difundida por todo o Nordeste, tanto nos ‘agrestes’ como nas áreas sertanejas semi-áridas. As principais características dessa tradição são os grafismos de grande tamanho, geralmente isolados, sem formar cenas e, quando estas existem, apresentam-se compostas por poucos indivíduos ou animais. (ALVES; LUNA; NASCIMENTO, 1995-1996, p. 87-98)

Alguns desses sítios com a presença da tradição agreste podem ser verificados em áreas que compõem o território do município de Alagoinha e seu entorno. Situado no povoado de Laje do Carrapicho, Alagoinha, o sítio da Mão-de-Sangue consta de um matacão rochoso que abriga um painel de pinturas rupestres, próximo a uma lagoa represada.

O acesso se dá por trilha que se inicia a partir da porteira de uma chácara, na qual o sítio está localizado. Nesse painel, são verificados traços e círculos que são

interpretados pelos moradores do povoado como a representação de uma mão (foto 3). Lá também são notados outros traços e manchas pouco perceptíveis, que parecem ter o aspecto de um carimbo em forma de mão.

De acordo com Alves, Luna e Nascimento, marcas de mão em positivo são características da tradição Agreste. (ALVES; LUNA; NASCIMENTO, 1995-1996, p. 87-98). Segundo André Proença, o sítio está inserido em uma localidade que contém elementos necessários à sobrevivência humana, como abrigo, presença de água e solo propício para o cultivo: “acredita-se que este sítio esteja relacionado a uma ocupação sazonal de exploração de recursos periódicos como alguns coletados, manejados ou ainda cultivados, assim como também a caça.” (PROENÇA, 2007, p. 71) Daí a localidade ser considerada de importância estratégica para os grupos pré-coloniais que frequentavam a região.

Foto 3 – Representação de mão humana, Pedra da Mão-de-Sangue



Fonte: foto de Alexandre Bittencourt, 2010.

Através das identificações das localidades acima, percebeu-se a presença de pinturas rupestres em áreas que compõem o atual município de Alagoinha, pinturas estas que contribuem para aferir os aspectos sociais e culturais de homens e mulheres que frequentavam esse território antes da chegada dos colonizadores. Entretanto, um dos desafios para que se possa estudar a história e cultura dos grupos pré-coloniais é a preservação dos bens culturais deixados por essa gente. Segundo Funari e Noelli, para estudar o passado dos povos pré-coloniais que habitavam o que hoje é o Brasil é preciso ter acesso às fontes que remetam a ele. O

problema é que em boa parte do país essas fontes vêm sendo degradadas pela ação do tempo e principalmente pela ação antrópica. “O ritmo acelerado de construções urbanas e de utilização de amplas áreas de agricultura tem contribuído para destruir numerosos sítios arqueológicos.” (FUNARI; NOELLI, 2005, p. 16)

Na região da qual Alagoinha faz parte, segundo André Proença, formas desordenadas do crescimento urbano e da prática da agricultura têm contribuído para a aceleração da degradação do patrimônio arqueológico. Certas áreas de afloramentos rochosos têm sido utilizadas para a extração do granito. (PROENÇA, 2007) A exploração desse tipo de rocha na pavimentação de ruas, casas e barragens causa a destruição de pinturas rupestres, como, por exemplo, das pinturas que existiam em parte do matacão rochoso “Pedra Pintada”, removido para a construção de uma barragem. (foto 4).

Foto 4 – Vista de parte do matacão rochoso, Sítio Pintada



Fonte: foto de Alexandre Bittencourt, 2008.

Outro problema marcante é a queima da vegetação para o aproveitamento das áreas para o cultivo. Certos painéis com pinturas rupestres encontram-se próximos dos locais de queimada. Além de acelerar o processo de degradação da rocha por conta do calor do fogo, a fumaça exalada contribui para o escurecimento dos grafismos rupestres. Já alguns matacões rochosos são utilizados por caçadores locais para breve repouso. Ao utilizar os matacões como abrigo, essas pessoas

muitas vezes acendem fogueiras para iluminar a noite ou para espantar animais peçonhentos, contribuindo também para a degradação das pinturas rupestres.

As habitações e o núcleo urbano: uma herança cultural dos colonizadores

A partir da criação da vila de Cimbres (1762), nos sertões de Ararobá, logo começaram a aparecer povoações periféricas em sítios pertencentes à área de abrangência jurídico-administrativa da dita vila. Possivelmente era necessário expandir cada vez mais a cultura e a economia dos colonizadores nas territorialidades pertencentes a Cimbres e eliminar as áreas consideradas selvagens, bravias, vazias, caracterizadas como inadequadas para os padrões de civilidade. Sendo assim, a presença de povoações em áreas de antigos sítios provavelmente tinha por finalidade expandir a criação de gado e algodão e levar a civilização para os locais distantes das vilas, isto é, aqueles considerados desertos, vazios: os sertões. Um desses sítios, denominado Lagoinhas ou Alagoinhas, foi efetivamente povoado a partir de 1805. (MARQUES, 2012)

A ocupação do sítio onde se assentaria o núcleo inicial da povoação de Alagoinhas se deveu possivelmente a condições naturais favoráveis à existência de água, elemento essencial para sobrevivência humana, principalmente em uma região que possui clima semiárido. De acordo com Pereira da Costa, o sítio estava numa região que se caracterizava pela presença de água potável e que, anos depois, deu origem a uma “povoação, que consta de umas cento e cinqüenta casas, com algum comércio e animada feira semanal, tem um cemitério público, murado, com diversas catacumbas e jazigos particulares...”. (COSTA, 1987, p. 195-196)

Trinta anos após a chegada efetiva dos colonizadores em Alagoinhas, casas feitas de taipa foram construídas no povoado. Tendo como primeiros moradores o fazendeiro Gonçalo Antunes Bezerra, sua família e escravos (no ano de 1805), uma dessas casas em Alagoinha ainda hoje mantém partes de suas características originais: taipa, com as paredes feitas de troncos finos entrecruzados de madeiras típicas da região e o barro como enchimento. Esse tipo de técnica de construção e seus materiais utilizados nas referidas casas eram parecidos com os de outras habitações rurais do Brasil durante o período colonial.

Segundo Robert Smith, na América portuguesa as casas feitas de barro e madeira eram presentes de norte a sul do território. Essas “construções primitivas” de madeira, barro e materiais vegetais de grande variedade e durabilidade eram boas casas e podiam ser construídas sem o auxílio de pedreiros, oleiros ou ferreiros. Para Smith, esse tipo de arquitetura, encontrada nas casas rurais de Pernambuco, no Norte, e de São Paulo, no Sul, teve como modelo as casas rurais do Norte de Portugal, sendo que na América portuguesa o barro substituiu a pedra na feitura das paredes. Isso demonstra que mesmo sendo baseada na arquitetura portuguesa, os colonos não deixaram de se apropriar de influências indígenas e de outras adaptações quanto ao modo de morar, pois, segundo Smith, os portugueses adotaram alguns costumes indígenas de moradia, entre eles, o uso de materiais típicos da região, como toras de madeiras tropicais, galhos e o barro usados na constituição de paredes. (SMITH, 1979, p. 245)

Na casa da família colonial Antunes Bezerra, em Alagoinhas, a madeira típica da região era usada tanto nas paredes, quanto na estrutura do telhado. A cobertura era composta por duas águas e formada por antigas telhas côncavas de barro cozido do tipo artesanal, chamadas de telha canal ou colonial. Em relação ao telhado, durante a elaboração do inventário, Antônia Maria de Jesus, esposa do falecido Gonçalo, fez questão de declarar que a residência possuía uma cobertura de telhas. (INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO, 1835)¹³ Esse tipo de descrição estava relacionado ao valor material que o bem ocupava na sociedade, pois havia certa diferença econômica entre as pessoas que moravam em casas de taipa com o teto feito de palha em relação às que habitavam casas de taipa coberta de telhas de barro. Para alguns estudiosos, as casas de taipa das residências rurais que possuíssem seu telhado formado por palha eram consideradas moradias de pessoas humildes. Já as casas de taipa cobertas de telhas eram caracterizadas como uma habitação de famílias mais abastadas. (SYMANSKI, 1998; LEMOS, 1996; COLLOMP, 2009)

Em seus relatos sobre a vida dos sertanejos nas capitanias do norte do Estado do Brasil, o cronista inglês que percorreu os sertões da América portuguesa durante o século XIX, Henry Koster, descrevia as casas como “pequenas e

¹³ INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. *Inventário de Gonçalo Antunes Bezerra*. Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 61, 1835.

construídas com barro e bastante abrigadas para o clima, e cobertas com telhas quando podem adquirir, ou geralmente com folhas de carnaúbas”. (KOSTER, 2003 p. 208) Sendo assim, percebe-se nessa passagem do cronista que não era qualquer família que poderia ter condições de possuir uma morada coberta de telhas. Para ele, os sertanejos que viviam bem geralmente possuíam residências cobertas de telhas, já as famílias situadas em lugares desolados frequentemente habitavam choupanas feitas com cobertura de vegetação.

Mesmo sendo constituído de taipa, o aspecto desse tipo de moradia na América portuguesa muitas vezes não estava associado à opulência de seus moradores. Nas vilas açucareiras do litoral, por exemplo, era comum ricos proprietários de engenho residirem em casas simples. Segundo Smith, ao invadirem Olinda no século XVII, os holandeses se depararam com uma grande quantidade de arquitetura de madeira e barro, ao ponto de um oficial holandês escrever em seu relatório que as casas de engenho eram sem conforto e apenas melhores do que miseráveis cabanas de argila. (SMITH, 1979, p. 245)

Nos sertões de Pernambuco também existiam famílias que residiam em casas de taipa, mas que ostentavam certo padrão de suntuosidade, pois possuíam significativa quantidade de escravos, objetos de ouro e prata e terras. É o caso da inventariante Antonia Maria de Jesus, esposa do falecido Gonçalo Antunes, que declarava ter entre outros bens:

[...] cordão de ouro com opeso de duas oitavas [ilegível], que avaliarão a mil e quatro centos a oitava, que comporta em tres mil e [ilegível] reis [ilegível]”, [...] “huma coroa de prata da Senhora da Conceição com opeso de sette oitavas [ilegível], que avaliarão cada oitava acento evinte reis, que comporta em nove centos reis que [ilegível], [...] “a criolla Caetana, casada com o pardo João, e que apresenta a idade de trinta e dois anos, que avaliarão em duzentos e oitenta mil reis. [...] a morada de taipa era avaliada em sessemnta mil reis que dá. (INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO, 1835)¹⁴

Através desse arrolamento de bens se nota que o valor da residência era inferior ao preço de um escravo, o que demonstra, proporcionalmente, o baixo valor financeiro da residência. Sendo assim, as descrições dos bens de Gonçalo Antunes

¹⁴ INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. *Inventário de Gonçalo Antunes Bezerra*. Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 61, 1835.

somadas às informações trazidas por Robert Smith em relação às características das casas coloniais no meio rural, convergem para a dedução de uma possível opulência da família Antunes Bezerra na região, mesmo com a morada dessa família possuindo baixo valor financeiro.

Alguns pesquisadores também chegaram a esse tipo de conclusão em relação a uma família colonial da América portuguesa residir em uma casa de barro e madeira de baixo valor financeiro, mesmo possuindo relevantes somas de escravos, propriedades e outros tipos de bens. Segundo Fábio Kühn, em seus estudos sobre as casas rurais do Rio Grande do Sul no período colonial, os inventários revelam que na maioria das vezes o valor da residência era bem abaixo em relação a outros tipos de bens, como escravos, objetos. Geralmente as habitações coloniais possuíam um baixo valor financeiro, sendo que muitas não chegavam a atingir o valor de duzentos mil réis. (KÜHN, 2011)

Com o passar dos séculos, a antiga casa de Gonçalo Antunes Bezerra sofreu diversas transformações e perdeu seu objetivo primário de dar abrigo a pessoas, chegando a ser alçada à categoria de monumento histórico.¹⁵ Durante a última década do século XX, a casa teve sua importância reconhecida na história e cultura da região, ganhando, com isso, uma placa comemorativa em que se lê: “Tudo começou aqui! – 1805 – Gonçalo Antunes Bezerra (1º Edificação da Cidade), Homenagem ao Cinquentenário do Município”. Sendo assim, ao ter recebido uma placa comemorativa, pode-se perceber o reconhecimento dado pela sociedade atual em relação aos bens culturais legados pelos colonizadores (foto 5).

¹⁵De acordo com Françoise Choay, o sentido original do termo “monumento” vem do latim monumentum, que por sua vez deriva de monere (“advertir”, “lembrar”). É aquilo que traz a lembrança de algo. Seu objetivo é “fazer com que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças”, invocando um passado com fins vitais de contribuir para manutenção e preservação da “identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar”. CHOAY, Op. Cit., p. 17 e 18. Ainda segundo Choay “todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem que para isso tenha tido, na origem, uma destinação memorial”. Idem, p. 26.

Foto 5 – Fachada atual da antiga morada de Gonçalo Antunes Bezerra

Fonte: foto de Alexandre Bittencourt, 2011.

Entretanto, embora entendida pela população como patrimônio cultural de Alagoinha, isso não significa que a casa esteja sendo bem preservada. Pelo contrário, sua estrutura arquitetônica se encontra num estágio de degradação causado pelo desgaste natural (ação do tempo, da chuva, do sol) e pela ação provocada, isto é, má utilização e falta de manutenção (foto 6).

Foto 6 – Detalhe da degradação

Fonte: foto de Alexandre Bittencourt, 2011.

Na parte interna da edificação, as paredes estão sofrendo várias lesões de pequeno ou grande porte, estacionadas ou progressivas. Na área externa, o quintal

se apresenta tomado de vegetação que está crescendo nas paredes e em partes do telhado, que terminou desabando.

Territórios quilombolas: uma herança cultural afro-brasileira

Entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do século XIX, os habitantes do povoado de Alagoinhas, assim como os dos diversos sítios, fazendas e outros núcleos urbanos instalados na região conhecida como sertões de Ararobá, faziam uso do trabalho escravo nos mais variados tipos de atividades (plantar, criar animais, construir edificações). A presença de escravos vindos da África ou nascidos no Brasil era uma constante nessa região e pode ser percebida através da lista de escravos que compunham os inventários post-mortem e testamentos pertencentes à Comarca de Cimbres. Portanto, não é de se estranhar que alguns desses cativos pudessem fugir e se esconder nas matas de caatinga, formando quilombos.

Nos séculos de colonização da América portuguesa, inúmeros foram os registros de escravos fugitivos no Recôncavo da Bahia e na Capitania de Pernambuco. Estes homens e mulheres se embrenhavam nas matas procurando se esconder das perseguições promovidas pelos colonizadores e terminavam por formar quilombos. (GOMES, 2010) Passados vários séculos, muitos descendentes dessa “gente dos matos” ainda são encontrados em diversas áreas do território brasileiro. E essas pessoas possuem bens culturais como territórios e formas de trabalho, de alimentação, de moradia, entre outros, herdados dos seus antepassados que viviam em quilombos.¹⁶

¹⁶ Recentemente, há uma discussão em torno do que se pode considerar comunidade quilombola no Brasil. De acordo com a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), o conceito atual de quilombo é qualquer comunidade rural de afro-descendentes com aspectos culturais associados ao passado. O termo quilombo se refere, sobretudo, a grupos “que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio”. apud FIABANI, Adelmir. *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 390. Segundo a Fundação Cultural Palmares, do Governo Federal, que confere às comunidades o direito ao título de posse da terra, “Quilombolas são descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo dos séculos”. BRASIL Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 16 nov. 2011. O presente trabalho não pretende entrar no mérito da questão ou do conceito de quilombo, mas identificar as heranças culturais deixadas pelos antigos escravos cativos ou libertos (economia de subsistência, formas de habitação, formas de trabalho) que ainda são utilizadas pelos atuais afro-descendentes de Alagoinha.

Os territórios quilombolas são considerados por lei como patrimônio cultural brasileiro. Segundo o artigo 216 da Constituição brasileira de 1988, sobre o patrimônio cultural, “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.” (BRASIL, 1988)¹⁷ Já o artigo 215 afirma que, além de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”, contribuindo para a “valorização da diversidade étnica e regional.” (BRASIL, 1988)¹⁸

Nesse sentido, amparado pela Constituição Federal, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) vem, desde 2010, desenvolvendo uma série de atividades relacionadas ao reconhecimento de territórios quilombolas que compõem o município de Alagoinha, PE, como os povoados de Laje do Carrapicho, Magé e Alverne.

O objetivo é levar à população os direitos dos quilombolas e a necessidade de reconhecimento dos mesmos para implementação de políticas públicas. Além disso, é preciso conhecer a realidade local, condições de moradia, saúde e educação dos remanescentes de quilombos da região, para assim, acionar às autoridades que possam garantir os direitos dessas comunidades. (PERNAMBUCO, 2011)¹⁹

Os remanescentes quilombolas de Alagoinha e de outros municípios próximos, como Pesqueira, utilizam os espaços de seus territórios para uma série de atividades, como criação de animais, práticas agrícolas, construção de moradias, festividades, caracterizando variadas formas de uso dos elementos fornecidos pelo ecossistema da região.

Na comunidade quilombola de Laje do Carrapicho, por exemplo, existe um terreiro – espaço de terra batida, largo e plano, sombreado por árvores – que fica localizado em frente das habitações do povoado. Esse espaço ao ar livre é utilizado

¹⁷BRASIL Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 16 nov. 2011.

¹⁸ Idem.

¹⁹PERNAMBUCO. Ministério Público. *Promotora realiza audiências públicas para ouvir quilombolas de Alagoinha nesta quinta-feira*. Terça-feira, 6 de julho de 2010. Disponível em: <http://www.mp.pe.gov.br/index.pl/20100607_alagoinha>. Acesso em: 16 nov. 2011.

pela população para prática de diversas atividades, como reuniões e festividades (foto 7).

Foto 7 – Detalhe do terreiro com casas ao fundo



Fonte: acervo da Escola Estadual Gonçalo Antunes Bezerra, 2011.

Apesar das casas das comunidades quilombolas de Alagoinha e seu entorno serem de períodos recentes, as técnicas construtivas de algumas habitações provavelmente não diferem muito das formas de moradia dos antigos quilombos ou mocambos de séculos atrás. Isso porque o tipo de material utilizado em algumas casas desses remanescentes quilombolas é possivelmente o mesmo que os escravos africanos do período colonial utilizavam na confecção de suas habitações, pois os escravos fugidos daquele período utilizavam os recursos naturais do meio ambiente para sua sobrevivência.²⁰

Segundo Adelmir Fiabani, os homens e mulheres que habitavam os quilombos tinham o conhecimento do uso de matérias-primas que o meio ambiente oferecia, no intuito de utilizá-las para sua própria sobrevivência. (FIABANI, 2005) Já Robert Smith coloca que durante o período colonial os alojamentos de escravos geralmente eram feitos de palha, barro e madeira, cujas técnicas e materiais apropriados da cultura indígena até hoje são encontrados em certas comunidades brasileiras. (SMITH, 1979)

²⁰ Cf. FIABANI, op. cit.; CARVALHO; FRANÇA. In: GOMES, op. cit.; SMITH, Robert C. *Igrejas casas e móveis: aspectos da arte colonial brasileira*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1979.

Ou seja, da mesma forma que os antepassados quilombolas retiravam da natureza matéria-prima para confeccionar algumas de suas habitações, os seus descendentes também o fazem, através da extração da argila, palha e madeiras típicas da região. É o que se pode perceber no material utilizado na construção de uma casa no sítio Caldeirão, localizado na divisa de Pesqueira com Alagoinha (foto 8).

Foto 8 – Fachada de uma moradia feita de barro e madeira na comunidade quilombola do sítio Caldeirão



Fonte: acervo da Escola Estadual Gonçalo Antunes Bezerra, 2011.

As identificações das técnicas e da matéria-prima que compõem os espaços e habitações acima contribuem para aferir os aspectos sociais e culturais de diversos homens e mulheres que frequentavam e frequentam esse território desde o período colonial até o presente. Entretanto, apesar do legado histórico-cultural das comunidades, esses remanescentes quilombolas passam por uma série de problemas sociais que vão desde a precariedade na educação até a saúde e a moradia. Nesse sentido, tentando dar vazão a essas dificuldades, o Ministério Público de Pernambuco, de forma ainda incipiente, procura realizar audiências no intuito de promover o conhecimento da realidade local e valorização dos quilombolas.

Considerações finais

Ao longo do trabalho procuramos demonstrar como é possível realizar um estudo da história de determinados grupos ou sociedades através do patrimônio. Tomou-se como estudo de caso a análise dos lugares de memória do município de Alagoinha que remetem ao período colonial. O ponto de partida foi a identificação de alguns desses lugares, pois eles, embora muitas vezes modificados ao longo dos séculos, ainda guardam memórias desse período incrustadas em seus caminhos, serras, lajedos, lagoas, casas e objetos. Além da identificação desses espaços e seu uso como fonte de pesquisa, buscou-se compreender também as relações socioculturais que a atual população mantém com esses lugares de memória. Através disto, foi possível perceber que certos bens que compõem o patrimônio cultural da localidade são mais apropriados pelas pessoas do que outros. É o caso da antiga casa de taipa pertencente a Gonçalo Antunes Bezerra, considerada a “primeira edificação da cidade” e que recebeu uma placa em homenagem no cinquentenário do município em 1998. Embora entendida pela população como patrimônio cultural de Alagoinha, isso não significa que a casa tenha sido preservada por sua importância comemorativa. Pelo contrário, foi averiguado que a edificação se encontra num estágio de degradação, causado pela ação do tempo e do abandono por parte da sociedade.

Já outros bens ainda estão passando por um processo de reconhecimento, como é o caso dos territórios quilombolas que são alvos recentes de uma série de ações sociais de valorização desenvolvidas pelo Ministério Público de Pernambuco. No entanto, alguns bens são menos familiarizados por parte dos habitantes do que outros, como, por exemplo, as pinturas rupestres. Por se encontrar nas áreas rurais, esse patrimônio é pouco visto e conhecido pela população que habita a área urbana do município. Além disso, tanto a herança cultural indígena quanto a afro-brasileira ainda são alvos de preconceito e discriminação, sendo por vezes esquecidas ou depredadas, como, por exemplo, a destruição de parte da Pedra Pintada. Já a herança cultural deixada pelos colonizadores, apesar de sofrer também degradações, ainda assim consegue manter certo reconhecimento por parte dos moradores daquela região, como é o caso da casa de Gonçalo Antunes que recebeu uma placa comemorativa em sua homenagem. Em outras palavras, enquanto a

maior parte da população reconhece simbolicamente a importância do legado cultural deixado pelos colonizadores, o mesmo não pode ser dito dos bens culturais dos povos pré-coloniais (indígenas) e afro-brasileiros que ainda sofrem certo tipo de discriminação. De qualquer forma, todos esses “lugares de memória” servem como “indícios do passado no presente”²¹ e remetem no tempo a uma região dos sertões de Pernambuco que começou a ser desbravada, conquistada e habitada segundo o processo colonizador dos portugueses.

FONTES

Manuscritas

INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. *Inventário post-mortem de Gonçalo Antunes Bezerra*. Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 61, 1835.

INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. *Testamento de Gonçalo Antunes Bezerra*. Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 61, 1835.

Impressas

KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. London: printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brow, Paternoster-row, 1816.

_____. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Rio/São Paulo/Fortaleza: ABC Editora, 2003.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Cláudia; LUNA, Suely; NASCIMENTO, Ana. O Sítio Arqueológico Alcobaça, Buíque – Pernambuco: primeiros resultados. *Clio*, Recife, v 1. n. 11, p. 87-98, 1995-1996.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008.

BRASIL Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 16 nov. 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE cidades@. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 23 dez. 2012.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

²¹ Segundo Peter Burke, o termo “indícios” se refere a manuscritos, livros impressos, prédios, mobílias, paisagem e diferentes tipos de imagens. BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.
- COLLOMP, Allain. Famílias: habitações e coabitações. In: CHARTIER, Roger (org.). *História da Vida Privada: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- COSTA F. A. P. *Anais Pernambucanos*. Recife: FUNDARPE/Diretoria de Assuntos Culturais. 1987. v. 7. (Coleção Pernambucana).
- GOMES, Flávio (org.). *Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séc. XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.
- FIABANI, Adelmir. *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-Iphan, 2005.
- FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco da Silva. *Pré-história do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- KÜHN, Fábio. Casa quanto chegue, campo a perder de vista: a cultura material da elite colonial no sul da América portuguesa. In: GANDRA, Edgar; POSSAMAI, Paulo (org.). *Estudos de História do Cotidiano*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2011.
- LE GOFF, Jacques (org.). *A História Nova*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. *História e memória*. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- LEMOS, Carlos. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1996.
- _____. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- MACIEL, José de Almeida. *Questões de Toponímia Municipal Pernambucana*. Recife: Centro de Estudos Municipal/FIAM, 1984.
- MARTINS, Ana Luiza. Os acervos patrimoniais nas celebrações. 1922: páginas de consagração e destruição. *Patrimônio e Memória*. Assis, SP, v. 2, n. 2, 2006.
- NORA, Pierre. Entre Memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 1, n. 10, p. 07-28, 1993.
- PERNAMBUCO. Ministério Público. Promotora realiza audiências públicas para ouvir quilombolas de Alagoinha nesta quinta-feira. Terça-feira, 6 de julho de 2010. Disponível em: <http://www.mp.pe.gov.br/index.pl/20100607_alagoinha>. Acesso em: 16 nov. 2011.
- RIBEIRO, Wagner Costa. Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 69-80, 2010.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2007.

SMITH, Robert C. *Igrejas casas e móveis: aspectos da arte colonial brasileira*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1979.

Artigo recebido em 21 de novembro de 2012. Aprovado em 29 de dezembro de 2012.